

**- PARECER JURÍDICO-**

PAR/ASSJUR/AMA Nº 554/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº P090609/2019

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 160/2019.

Pedido de abertura de procedimento licitatório, na modalidade pregão eletrônico, do tipo menor preço por lote, para Registro de preço objetivando futuras e eventuais contratações de material hidráulico, para execução dos objetivos precípuos da Agência Municipal do Meio Ambiente – AMA. Exame de legalidade.

*Recebi hoje.*

*Vistas, etc.*

Trata-se de análise dos aspectos jurídicos relativos à abertura do Pregão Eletrônico nº 160/2019 – Menor Preço por lote – visando a futuras e eventuais contratações de material hidráulico, para execução dos objetivos precípuos da Agência Municipal do Meio Ambiente – AMA, conforme as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência.

Os autos foram encaminhados a esta Assessoria Jurídica para análise da documentação necessária para instrução processual e composição do processo de licitação, nos termos da legislação em vigor.

*P*



Instruem os autos:

- a) Ofício assinado pela Autoridade solicitante autorizando a abertura do procedimento licitatório;
- b) Justificativa fática;
- c) Termo de referência;
- d) Pesquisas de preços;
- e) Autuação do processo junto à CELIC; e
- f) Minuta do Edital e anexos.

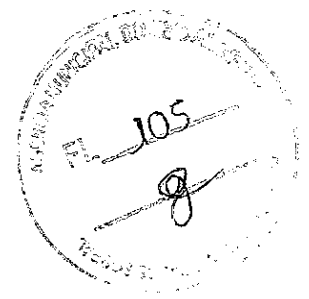
Manifesto-me tal como determina o art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

Inicialmente, cabe esclarecer que este parecer é meramente opinativo, sem qualquer conteúdo decisório, haja vista que o prosseguimento do certame ficará adstrito às determinações das autoridades competentes, conforme MS 24.631-6, senão veja-se:

“É lícito concluir que é abusiva a responsabilização do parecerista à luz de uma alargada relação de causalidade entre seu parecer e o ato administrativo do qual tenha resultado dano ao erário. Salvo demonstração de culpa ou erro grosseiro, submetida às instâncias administrativo-disciplinares ou jurisdicionais próprias, não cabe a responsabilização do advogado público pelo conteúdo de seu parecer de natureza meramente opinativa. Mandado de segurança deferido. (STF - MS 24.631-6 - DISTRITO FEDERAL - Relator(a): Min. Joaquim Barbosa - Julgamento: 09/08/2007 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno - Publicação: DJ 01-02-2008)”.

Ensina Ronny Charles, na obra “Leis de Licitações Públicas Comentadas” (p. 84, 2011), que o registro de preços é um procedimento permitido pela legislação, de forma a facilitar a atuação da Administração em relação a futuras prestações de serviços e à aquisição gradual de bens.

Utilizando esse procedimento, pode-se deflagrar certame licitatório em que o vencedor terá seus preços registrados, para que posteriores necessidades de obtenção dos bens e serviços sejam dirigidas diretamente a ele, de acordo com os preços aferidos e de modo proporcional à demanda da Administração.



Quanto ao processo de licitação, verifico que foi devidamente autuado, protocolado e numerado, em consonância com o disposto no art. 38, *caput*, da Lei nº 8.666/93. No mais, vê-se que o procedimento administrativo interno se encontra instruído com documentos essenciais ao regular processamento da licitação.


A modalidade escolhida é o Pregão Eletrônico visando a futuras e eventuais contratações de material hidráulico, para execução dos objetivos precípuos da Agência Municipal do Meio Ambiente – AMA, conforme as especificações e quantitativos previstos no Termo de Referência.

Além disso, pela descrição do objeto e pela justificativa apresentada para sua aquisição no termo de referência, concluo que se adequam perfeitamente aos fins dos interesses do Município de Sobral, não caracterizando qualquer desvio de finalidade na aquisição da prestação de serviço licitado.

Diante do exposto, entende-se que o procedimento administrativo para abertura de processo licitatório está condizente com o ordenamento jurídico, notadamente com a Lei nº 8.666/93 e com os demais instrumentos legais citados, não havendo óbice legal à realização do PREGÃO ELETRÔNICO Nº 160/2019- AMA.

É o entendimento, salvo melhor juízo.

Sobral, 26 de Setembro de 2019.

  
João Ricardo Holanda  
Assessor Jurídico - AMA  
OAB-CE 29.321